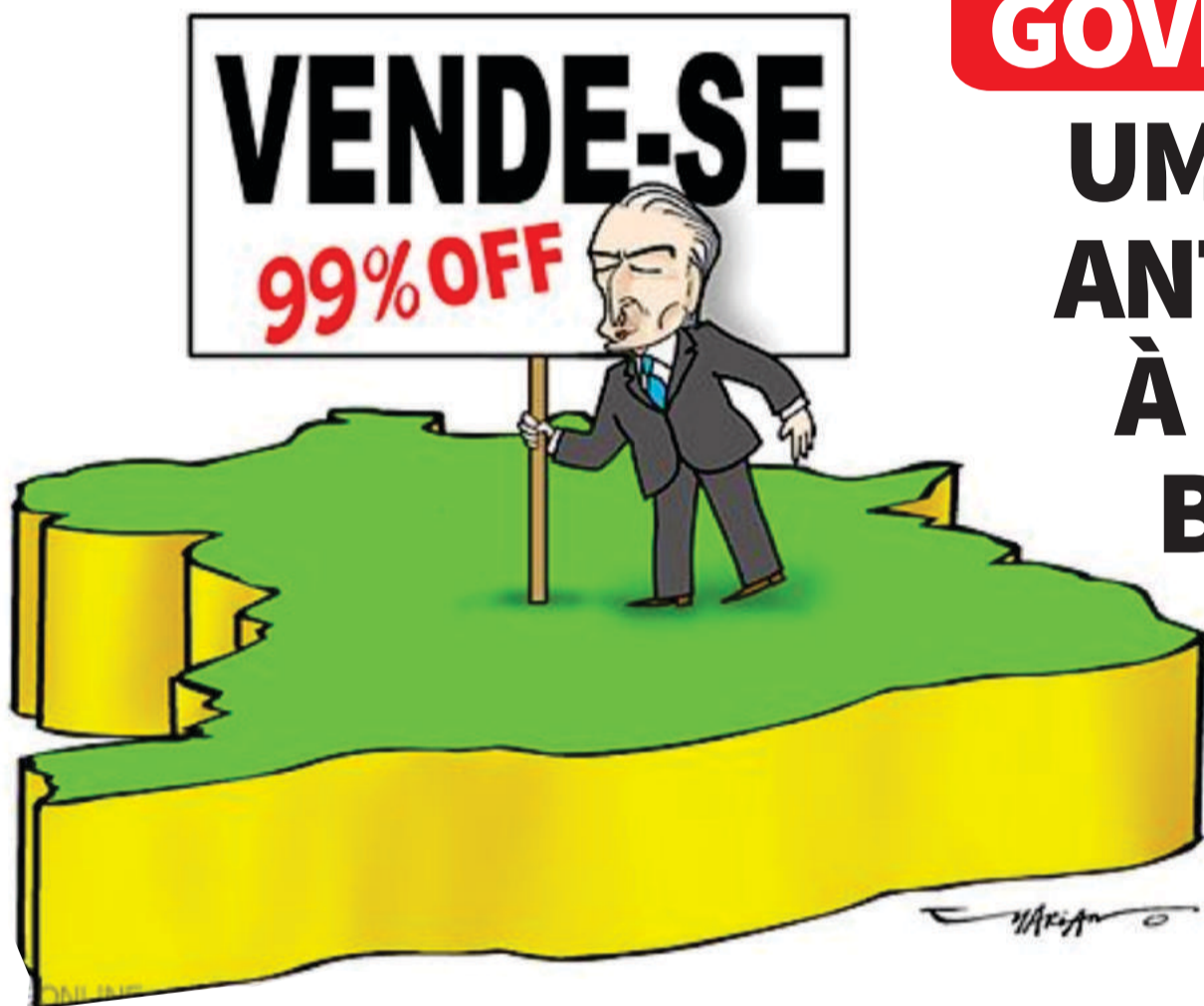




# SINDICATO NA LUTA



## GOVERNO TEMER:

### UM GOLPE SEM ANTECEDENTES À SOCIEDADE BRASILEIRA

No dia em que assumiu, o presidente interino Michel Temer disse que era “urgente pacificar a nação e unificar o Brasil”. Seus primeiros meses no cargo mostram, contudo, o governo provisório com planos capazes de ampliar a histórica divisão social do País, com reflexos políticos imprevisíveis. **PÁGINAS 4 E 5**

#### EDITORIAL

**UM GOLPE QUE EXPÕE O BRASIL E OS TRABALHADORES AO MUNDO**

**PÁG. 3**

#### EDUCAÇÃO

**PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO**

**Vote contra a censura nas escolas**  **acesse por aqui a consulta pública do PLS 193/2016 disponível no portal do Senado**

**PÁG. 7**

**EM 200 DIAS, 173 PESSOAS LGBT FORAM VÍTIMAS DE CRIME DE ÓDIO NO BRASIL**



**PÁG. 2**

## GÊNERO

# EM 200 DIAS, 173 PESSOAS LGBT FORAM VÍTIMAS DE CRIME DE ÓDIO NO BRASIL

*Só nos 13 primeiros dias de julho, foram registradas 15 mortes, segundo dados do Grupo Gay da Bahia*

Diego Vieira Machado, estudante da UFRJ, encontrado morto no dia 2 de julho / Reprodução/Facebook



Até julho deste ano, foram registrados 173 assassinatos classificados como crimes de ódio vitimando lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em todo o Brasil. Somente nas duas primeiras semanas deste mês, foram registrados 15 mortes deste tipo, o equivalente a um crime a cada 29 horas.

Todos os dados são do Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. O levantamento é feito desde a década de 1980 e é a única fonte sobre o tema no país.

Facadas são a principal forma dos homicídios, registrados em 27% dos casos, seguido de vítimas de arma de fogo (26%). Dois terços das ocorrências se deram em vias públicas.

O estado que lidera o número absoluto de casos é São Paulo, que registrou 26 assassinatos. Em segundo e terceiro lugar estão, respectivamente, Bahia (23) e Rio de Janeiro (18), onde foram mortas pelos menos duas pessoas até o fechamento desta edição: Diego Vieira Machado e Leonardo Moura.

O antropólogo Luiz Mott, fundador do grupo, acredita que, neste ritmo, o número ultrapassará a média anual de 300 casos registrados nos últimos cinco anos. Ele explica que a sistematização começou pela carência de dados oficiais. "Nós consideramos fundamental ter essas informações disponíveis para mostrar a gravi-

dade dos crimes de homofobia no Brasil", afirmou.

O levantamento do GGB é realizado através de uma varredura dos jornais, revistas, internet e também de informações enviadas diretamente ao grupo, principalmente do interior do Brasil, onde não há foco da imprensa, explicou o antropólogo. Todos os assassinatos são registrados diariamente no site Quem a Homofobia Matou Hoje.

## Ausência de estatísticas oficiais

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo não tem dados sistematizados dos homicídios ou mesmo de outras agressões a esta fração da população. Já o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), base de dados do Ministério da Justiça, afirmou haver um esforço para tentar gerar estas estatísticas criminais.

Embora os casos tenham configurações típicas, como a mutilação de algumas partes do corpo da vítima, o grande empecilho seria o fato de não existir a tipificação penal de "homofobia", mas crimes motivados pelo ódio. O órgão afirmou ter investido, desde 2012, aproximadamente R\$ 70 milhões em parceria com os estados para a padronização dos boletins de ocorrência, que são as fonte de informações do sistema.

O advogado Thales Coimbra, que se

especializou nos direitos específicos da comunidade homossexual, bissexual e transexual, lembra que, desde dezembro de 2014, está em vigor a resolução nº 11 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT que estabelece a inclusão, nos boletins de ocorrência, da orientação sexual, da identidade de gênero e do nome social das vítimas.

"Já existe essa determinação há um ano e meio para que essas violências sejam computadas, porque não depende da criminalização da homofobia para ter um registro disso. Óbvio que seria ideal. Mas já existe um marco normativo", disse o advogado.

Por dois anos consecutivos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República produziu o Relatório Sobre Violência Homofóbica que contabilizava, com a base informacional do governo, discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos. Pelo relatório, o número de denúncias havia crescido 166% de 2012 a 2013, saltando de 1.159 para 3.084 registros.

"Como este relatório só foi produzido de um ano para o outro, é difícil saber se isso decorreu da disseminação do Disque 100, como uma forma de informar as violações da população LGBT, ou se houve efetivamente um crescimento das violações", pondera Coimbra.

## Reação conservadora

Para ele, o campo de disputa pelos dire-

itos desencadeou uma onda conservadora que está se intensificando. "Quando temos um movimento político organizado, neste caso LGBT, tencionando por avanços, temos uma reação", afirmou o advogado.

Para ele, o avanço conservador é explícito no Congresso Nacional, sendo uma de suas características o avanço da bancada evangélica. "As notícias do jornal são reflexo disso. Quando as pessoas veem parlamentares em Brasília lutando contra os direitos das minorias, elas se sentem legitimadas para agir como elas agem. Por isso, vemos essa epidemia de homofobia recrudescente", argumentou Coimbra.

Para Mott, os recentes casos revelam que o Brasil é um país extremamente contraditório. "Do lado cor-de-rosa, abriga a maior parada gay do mundo, a maior associação LGBT da América Latina, gays e travestis estão nas novelas, nas ruas, no carnaval... Mas o lado vermelho sangue é o que inferniza a vida cotidiana de mais de 20 milhões de brasileiros. Discriminação em casa, nas escolas, nas repartições públicas, espancamentos e assassinatos".

Para "erradicar a mortandade", o antropólogo aposta prioritariamente em três frentes: educação sexual em todos os níveis escolares, políticas públicas que garantam a segurança da população LGBT nos espaços públicos, e legislação específica que puna o crime da homofobia.

Fonte: Brasil de Fato, com imagens da página Cartazes e Tirinhas LGBT, do Facebook.



A melhor religião é aquela que te aproxima das pessoas através do amor, e não aquela que te afasta através do preconceito!

# UM GOLPE QUE EXPÕE O BRASIL E OS TRABALHADORES AO MUNDO

O nosso País passa por um momento bastante delicado. Em nossa última edição do jornal, já denunciávamos os graves problemas que estão postos à nossa frente em função do afastamento da Presidenta Dilma Roussef e a ascensão do vice-presidente ao cargo da presidência da República (ainda que seja com interinidade e por caminhos ilícitos). Esse último já trazendo consigo as consequências de um golpe de Estado “institucionalizado” – instabilidade política, econômica e social. Basta vermos o grau de mobilização de protestos contra o golpe por todo o país, nos últimos trinta dias. Sem falarmos na senha que jogou por todos os cantos do país o aparecimento do que podemos chamar de “violência fascista” (pensemos aqui no aumento da homofobia, da violência contra a mulher, no ataque ao direito do diverso – o Ministério dos direitos humanos fechado – no ataque aos direitos trabalhistas, etc...).

Na presente edição colocamos à disposição da categoria, e dos demais leitores do Jornal “Sindicato na Luta”, mais informações e análises desse momento de instabilidade política, econômica e social fomentada pelo golpe de Estado no Brasil (instabilidade que também atinge a dimensão internacional).

A conversa entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o senador, pelo PMDB, então Ministro do Planejamento, do governo “interino/golpista”, foi elucidativa para aqueles que ainda nutriam a ilusão de que o processo de impeachment era apenas um ato constitucional de retirada de uma presidenta, autora de crime de responsabilidade, e a ascensão de um novo governo que reestabeleceria a estabilidade no País. Certamente se desiludiram (talvez fosse necessário recompor-se com seus trajes pretos em protesto contra os verdadeiros corruptos). Não por aca-

so, o Data Folha, instituto de pesquisa, auferiu o percentual de 67% da população brasileira contra o atual impeachment.

Os áudios divulgados não deixam nenhuma dúvida, o que está em curso é uma recomposição de forças conservadoras/fascistas (a nova face do neoliberalismo golpista) nos países latino americanos e, sobretudo, no Brasil. Recomposição que se dá através de uma rearticulação de setores políticos retrógrados, corruptos e fascistas. Rearticulação alavancada pela grande mídia, historicamente golpista, liderada pelas organizações Globo (articulação de mesma natureza na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela se fazem presente).

O que temos hoje é, efetivamente: o afastamento de uma presidenta que contra si não possui nenhuma relação com qualquer crime, seja de qualquer natureza. Afastada por 367 deputados e deputadas que não deixaram dúvidas em seus votos de se tratar de um “golpe institucional de estado”. Para além disso, destes, 215

são alvos na justiça (caso claríssimo é do deputado Paulo Maluf com prisão decretada pela Interpol).

Este movimento de afastamento, a priori, é apenas a consequência de uma política que traz consigo dois objetivos: o primeiro diz respeito a retomada estratégica na América Latina do programa neoliberal, com uma particularidade: o realinhamento à política externa dos Estados Unidos da América. O elemento emblemático desse viés é o acesso aos trilhões de dólares que representam as reservas petrolíferas do Pré-Sal. Não por acaso, o projeto encabeçado pelo senador José Serra, justamente ataca o método de partilha dessas riquezas, beneficiando as grandes empresas petrolíferas norte americanas e por consequência a destruição da Petrobras, que se tornou, na última década, uma das maiores empresas do mundo, sob controle do Estado Brasileiro.

O segundo viés, mais presente nas discussões atuais no Brasil, diz respeito à corrupção. O que podemos

chamar aqui de “os áudios de Jucá”, deixam claro que outro movimento está em curso, ainda que subordinado ao primeiro objetivo. Este “outro” movimento dá conta, justamente, da compreensão das fundações, sobre as quais se construiu a república brasileira, desde os seus primórdios: as fundações de um “Estado Patrimonialista”. Ou seja, as relações promíscuas entre os interesses privados das elites dirigentes e a coisa pública. Estas relações estão no amago da construção do Estado Brasileiro.

Os áudios de Jucá, não só desnudam o momento atual da república bra-

sileira, como também dizem respeito à própria história da república velha, do estado novo, do período ditatorial, e da nova república. Derrubar a presidenta democraticamente eleita - e contra ela nenhuma acusação de crime de qualquer natureza, sobretudo de responsabilidade institucional - se fazia necessário para salvar as fundações podres da república brasileira.

Lembremos, a crédito do justo, de que o fortalecimento institucional, dos últimos doze anos, se deu em torno da polícia federal, do ministério público federal, da procuradoria geral da união, etc. com o propósito justamente de combater às bases corruptas do Estado Brasileiro. Um movimento de republicanização do Estado, cuja consequência positiva foram as inúmeras operações da polícia federal e ministério público contra os “crimes de colarinho branco”. A operação Lava Jato foi singular neste sentido (lamentavelmente se instrumentalizou à favor do golpe de estado através de seus vazamentos seletivos) na medida em que expôs de forma incontestável: o capitalismo brasileiro é sustentado por dinheiro público, através de relações corruptas entre o setor privado e a elite dirigente do Estado Brasileiro.

Fechamos este editorial dizendo que, independentemente de nossas posições políticas em relação à atual conjuntura, dois elementos estão postos: 1) sim, está em curso um GOLPE DE ESTADO e, 2) as consequências já estão delineadas: ataque à todos os direitos consagrados na Constituição de 1988. Para nós isto significa arrocho salarial (e possível onde de demissões) e privatização da Universidade. E você??!! O que diz disso tudo?

“

*O afastamento de uma presidenta que contra si não possui nenhuma relação com qualquer crime, seja de qualquer natureza. Afastada por 367 deputados e deputadas que não deixaram dúvidas em seus votos de se tratar de um «golpe institucional de estado»*

# GOVERNO TEMER:

## UM GOLPE SEM ANTECEDENTES À SOCIEDADE BRASILEIRA

No dia em que assumiu, o presidente interino Michel Temer disse que era “urgente pacificar a nação e unificar o Brasil”. Seus primeiros meses no cargo mostram, contudo, o governo provisório com planos capazes de ampliar a histórica divisão social do País, com reflexos políticos imprevisíveis.

De um lado, Temer destrava negócios de interesse do capital e dos investidores. Baixou uma medida provisória pró-privatizações e lucros na área de infraestrutura, a 727, quer priorizar o pagamento da dívida pública e apoiou a aprovação, na Câmara, de reajuste salarial para servidores públicos, uma categoria de renda superior à nacional.

De outro, quer mudar a Constituição para segurar despesas com saúde, educação e aposentadorias, um prejuízo às camadas inferiores da população, dependentes de políticas públicas.

Temer apresentou a líderes de partidos aliados uma proposta que o governo provisório mandará ao Congresso para barrar o aumento real de verba para saúde e educação, entre outras áreas. Logo será a vez de enviar uma reforma da Previdência.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, capricha na construção de um cenário catastrófico, algo capaz de justificar benesses a investidores, não importa o custo social. Já ampliou de 100 bilhões para 170 bilhões de reais a previsão de déficit público em 2016 e agora projeta a maior recessão da história brasileira.

Com uma agenda assim, não surpreende que nenhuma autoridade, incluído aí o presidente interino, tenha falado até aqui em “distribuição de renda”.

“Não descarto a possibilidade de recuperação econômica, mas esta se dará sem inaugurar um ciclo de expansão do parque produtivo, com baixo dinamismo e estagnação da renda per capita”, afirma Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para ele, um estudioso da história e do pensamento econômico, o governo Temer é o primeiro desde o fim da ditadura a abandonar qualquer tentativa de conciliação de classes no País.

Até nas gestões conservadoras de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), diz, havia representantes de trabalhadores no Ministério, algo inexistente agora.

“Se o Temer se fixar [na Presidência], vamos ter saudades do FHC. Este teve uma estratégia de distribuição de renda com o combate à inflação. Com o Temer, teremos a soberania da dívida pública,



um governo dos ricos, dos rentistas, do capital estrangeiro.”

A falta de conciliação representada pelo governo provisório e sua agenda ampliadora de fossos sociais eram visíveis desde antes da posse de Temer. Isso foi admitido em público por um dos autores da Ponte para o Futuro, documento do PMDB a conter os planos do interino.

“Esse documento não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição”, disse ao Estado de S. Paulo de 18 de abril, um dia após o impeachment passar na Câmara, Roberto Brant, um dos autores do documento e ministro da Previdência no governo FHC.

Amigo de Temer, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), um dos mais ativos articuladores contra a aprovação final do impeachment de Dilma Rousseff, ficou surpreso com a agenda do interino e acha

que ela não tem chances de se viabilizar. Inclusive pela personalidade presidencial.

“Michel Temer tem uma história de conciliação. Ele foi presidente da Câmara três vezes porque ele concilia os interesses”, disse Requião na votação inicial do impeachment no Senado. “Não é um radical, embora as propostas colocadas tenham sido até agora propostas radicais para encantar o mercado, viabilizar a fascinação dos banqueiros e dos rentistas. Não vai acontecer isso no Brasil.”

### O pacto social

Após assumir o poder, o governo de Michel Temer mostra em ações e discursos o documento “Uma ponte para o futuro”, indica como uma possível e perigosa ruptura com o pacto social brasileiro.

Vale lembrar que o Pacto Social não é

obra do PT, nem de qualquer partido ou governo isoladamente. Sua construção é fruto de lutas de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, consolidadas nas garantias e direitos estabelecidos na Constituição de 1988.

Dentre esses direitos está o acesso universal à Saúde, de que deriva o Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema de saúde pública do mundo, reconhecido internacionalmente pela sua capilaridade, abrangência e relativa eficiência.

E uma das primeiras afirmações do novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, foi exatamente sobre a suposta incapacidade do Estado em sustentar esse direito. O ministro chegou mesmo a dizer que o SUS precisará ser revisto e a aconselhar os brasileiros a aderir a planos de saúde privados.

Outro pilar importante do Pacto Social é a previdência, que, sob o pretexto de um suposto rombo e da necessidade de se cumprir metas fiscais, poderá sofrer alterações, como a ampliação do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria.

Curioso é que a previdência social sempre tenha tido suas receitas canalizadas para as mais diversas áreas atendidas pelo Estado, sem que isso fosse reconhecido como dívida. Mas quando o Estado se financia no setor privado, não apenas acata como dívida, mas também como prioridade em sua ordem de despesas.

E o tal rombo da previdência, resultante principalmente da dispersão das receitas previdenciárias pela máquina administrativa, precisa então ser sanado com o sacrifício justamente daqueles que trabalharam e contribuíram uma vida inteira.

Muito se tem falado também, desde que Temer assumiu, em cortes na área de assistência social e em uma possível redução do número de beneficiários do Bolsa Família, programa que, na última década, foi essencial para tirar milhares de pessoas da pobreza extrema e dinamizar a economia em pequenos municípios do País.

Isso sem falar nas ameaças às conquistas obtidas no ensino superior público, como o ProUni, o FIES e a política de cotas, e no cancelamento de obras do Minha Casa Minha Vida, instrumento que vinha sendo adotado para garantir a uma parcela da população de baixa renda o direito à habitação.

Nenhuma dessas iniciativas - as concretizadas e as propaladas - representam um ataque direto aos governos de Lula e Dilma que, convenhamos, foram até bastante tímidos na implementação



de verdadeiros direitos sociais, adotando medidas sobretudo emergenciais como, por exemplo, a oferta de uma renda mínima para combater a fome e a contratação de médicos estrangeiros para garantir o atendimento à Saúde.

Esse conjunto de “maldades” significa, na verdade, um ataque aos Direitos Sociais que o Estado brasileiro demorou três décadas para construir e estruturar.

A ameaça de ruptura com essa rede de proteção social mínima articulada nos últimos 30 anos pode se traduzir, caso se dê com a radicalidade que se anuncia e em momento de crise econômica, em grave involução em todas as áreas mencionadas.

Por isso, mais relevante do que discutir a legitimidade da ascensão de Temer ao poder - ainda que seja pública minha posição contrária ao impedimento da presidenta Dilma, que considero inconstitucional e uma medida de exceção - é que a sociedade dialogue e exija que o Pacto Social seja mantido.

A ruptura traria muito pouco benefício em comparação com os muitos malefícios que poderá produzir para a maior parte da população, e para a sociedade como um todo, já que certamente fomentará a violência e as formas de atrito no ambiente social.

O que se espera é que o presidente em exercício Michel Temer, que é constitucionalista de formação saiba retroceder quando necessário, não siga adiante nesse projeto.

Caso contrário, deverá passar como autor do maior retrocesso social e civilizatório da história brasileira.

#### Políticas de moradia

A suspensão da modalidade Minha Casa Minha Vida - Entidades pelo Ministério das Cidades, do governo interino de Michel Temer, fez muito mais do que acabar com o sonho de 11.250 famílias na iminência de ver concretizado o acesso à moradia por meio dos contratos encaminhados.

Esse número é irrisório. Infelizmente, a modalidade Entidades não tem um desenho que entusiasme o mercado e nunca mereceu mais de 2% do Orçamento do programa em toda sua existência. Dentre as comunidades que integram esses contratos estão, porém, grupos de famílias que lutam pela moradia há dez anos e tiveram equacionado, apenas

recentemente, o acesso à terra urbana.

O anúncio do governo interino teve um impacto arrasador sobre essas comunidades que vivem em condições de vulnerabilidade e enfrentam o desemprego. A revolta não é compreensível apenas para aqueles que desconhecem as condições de vida urbana no Brasil.

A pressa em acabar com a única modalidade sem formato adequado aos interesses do mercado, no Minha Casa Minha Vida mostra um viés ideológico cruel e revelador. Essa modalidade abre possibilidades de melhores projetos de arquitetura e engenharia por meio de assessorias técnicas, prevista em lei, além de permitir à própria comunidade construir o empreendimento no todo ou em parte.

#### O SUS

O SUS [Sistema Único de Saúde] é um patrimônio da sociedade brasileira, não é um projeto deste ou daquele governo ou partido. É um projeto construído pelos brasileiros ao longo de décadas, com uma política de caráter universal, em defesa da equidade, que está expressa como direito de todos e dever do Estado.

A vinculação é uma luta que durou praticamente duas décadas, desde o início da implantação do SUS até a luta contra o subfinanciamento, que é uma questão de aspecto estrutural, que chamamos a reforma inconclusa do SUS.

Esse é um dos fatores que impede que o Sistema cumpra, com eficiência, sua missão. Com a proposta de desvinculação, o Orçamento do Ministério da Saúde passa a ser negociado dentro do Orçamento Geral da União, ao sabor dos interesses, pressões políticas, e disponibilidade. Isso traz insegurança e fragilização da política de saúde.

E há uma questão mal colocada nessa discussão. Dizem que seria bem vindo



aumentar o número de planos e seguros porque isso desoneraria o SUS, mas é falso. A conjuntura não permite o crescimento deles e estamos com o desemprego em alta, sendo que 85% dos planos estão ligados diretamente ao emprego das pessoas.

Perde-se o trabalho, perde-se o seguro saúde e a pressão sobre o SUS aumenta. É um paradoxo: no momento em que a proteção do Estado se faz mais premente, propõe-se uma desvinculação de receita.

Em um país desigual como é o Brasil, com 80% da população dependendo exclusivamente do SUS, é totalmente irreal imaginar cortes ou que uma medicina privada possa competir, complementar ou substituir o sistema público.

Uma das tarefas de todos os cidadãos, mas do ministro principalmente, é abandonar as visões redutoras, empobrecedoras do cuidado à saúde, e lutar por mais recursos para o SUS.

#### Mais Médicos

Com o programa, milhões de brasileiros que não tinham a garantia da presença permanente do médico em suas comunidades agora têm. Então é claro que poderia ser impactado por essa restrição de recursos.

Ha uma grande preocupação com esse tema porque nos últimos dois anos o governo federal veio incluindo, proporcionalmente, mais médicos brasileiros do que estrangeiros e já tivemos um impacto muito grande.

#### Direitos das mulheres

O ministro da saúde afirmou que vai chamar as igrejas, que lutam permanentemente contra os direitos das mulheres e defende o obscurantismo, a exclusão, e o preconceito. Seria muito mais adequado se chamassem as mulheres para discutir.

Basta olhar para o mundo. São questões que, inexoravelmente, através de um processo de construção de uma consciência política em saúde, vão romper com a visão retrógrada. A questão são as pedras que vamos encontrar no caminho até uma sociedade mais progressista, e parece que, nesse caminho que temos hoje, muitos obstáculos se colocarão.

#### Educação

O ministro da Educação, Mendonça Filho, apoia a cobrança de mensalidades em cursos de extensão e de pós-graduação em universidades públicas caso as instituições assim desejem.

“Embora não seja prioritária no momento, esta é uma discussão que deve ser feita com os reitores e representantes das universidades”, afirmou o ministro.

Deputado federal licenciado, Mendonça votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição 395/2014. Aprovada em primeiro turno pelo plenário da Câmara em outubro, o texto prevê que instituições poderão cobrar pelos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu.

De acordo com a PEC, o ensino público superior de graduação e de pós-graduação acadêmica continua gratuito, além de programas de residência (em saúde) e de formação de profissionais na área de ensino.

Em qualquer situação, contudo, caberá à universidade decidir se quer cobrar pelo serviço ou não.

Na avaliação de Medonça, a medida seria um reforço ao caixa do setor. Ele foi um dos 318 deputados que votou a favor da medida. Outros 129 foram contra.

Fonte: Carta Capital

## ERRATA

### 30 HORAS NO HU – GANHO PARA @S SERVIDOR@S

Na última edição do Jornal indicamos na manchete da notícia: “30 horas no HU - ganho para tod@s @s servidor@s, retira-se a palavra tod@s, pois a informação correta é que o ganho foi apenas para os setores da Enfermagem, Nutrição e Dietética, Psicologia, Assistência Social, Farmácia e Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário Miguel Riet Corrêa Junior, e não para todos os trabalhadores como foi informado.

Outra informação a ser corrigida e sobre o período inicial que o setor da Enfermagem teve na jornada de 30 horas semanais. Informamos que foi no ano de 2001 e o correto seria o ano de 2007.

## DIRETOR DA APTAFURG É ELEITO PARA COMITÊ DIRETOR DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O diretor da APTAFURG, Técnico Gino Feijo Pohlmann, servidor da Prefeitura Universitária, foi eleito como um dos integrantes do Comitê Diretor do Sistema de Gestão Ambiental. Fazem parte, também da representação dos técnicos, outros três servidores: Alexandra Rocha Rodrigues, do Hospital Universitário, Caroline Carneiro Balbela, da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Zélia de Fatima Seibt do Couto, da Secretaria de Educação a Distância.

As competências do Comitê envolvem, além de reuniões ordinárias a cada trimestre, analisar e aprovar a criação de projetos de gestão ambiental e aprovar o planejamento anual e propostas de execução orçamentária da Secretaria Integrada de Gestão Ambiental (Siga). O Comitê deve organizar, a cada ano, um Fórum Ambiental e analisar suas demandas também fica a cargo do Comitê.

### Resultado

#### Técnico-administrativo em educação

Gino Feijo Pohlmann (Prefeitura Universitária - PU - Proinfra) - Titular

Alexandra Rocha Rodrigues (Serviço de Farmácia - HU) - Titular

Caroline Carneiro Balbela (Diretoria de Desenvolvimento do Estudante - Prae/Dides) - Suplente

Zélia de Fatima Seibt do Couto (Secretaria de Educação a Distância - SEaD) - Suplente

### Docentes

Tatiana Walter (Coordenadora do Curso de Gestão Ambiental, localizado no campus de São Lourenço do Sul) - Titular

Ubirata Soares Jacobi (Instituto de Ciências Biológicas - ICB) - Titular

Elisângela Martha Radmann (Escola de Química e Alimentos - EQA) - Suplente

Sibele da Rocha Martins (Escola de Enfermagem - EEnf) - Suplente

### Pós-graduação e graduação

Silvana Manske Nunes (Ciências Fisiológicas - Mestrado) - Titular

Lucas Baptista Duarte (Biologia De Ambientes Aquáticos Continentais - Mestrado) - Suplente

Gregory Fernandes Dos Santos (Química - Licenciatura) - Titular

Renata Thaise Da Silva (Geografia - Bacharelado) - Suplente

# SENADO APROVA PROJETOS DE REAJUSTES DOS SERVIDORES FEDERAIS

Aprovação inclui PLC 34, que trata do reajuste dos servidores TAE e outras carreiras da área de educação.

Oito projetos que prevêm reajustes salariais para servidores públicos civis e militares da União foram aprovados, pelo Senado Federal, dentre eles o PLC34, referente aos salários dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino, do magistério federal e de carreiras ligadas à área de Educação, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Agora, as matérias seguem para sanção presidencial.

### Cumprimento de acordos

A maioria dos reajustes foram negociados a partir do ano de 2015 com o governo da presidenta Dilma Rousseff, inclusive dos TAE, fruto da última greve realizada pela Categoria, que durou mais de 100 dias (cerca de quatro meses). Recentemente, tais acordos foram assumidos pelo presidente interino Michel Temer. Ainda, foi feito um acordo das lideranças no Senado com o governo para que os projetos fossem aprovados na forma como vieram da Câmara dos Deputados e para que, posteriormente, Temer vete todos os dispositivos que impliquem criação de cargos e transposição de carreira.

### Reajuste dos TAE

O acordo negociado entre o governo e as representações das categorias que estiveram em greve na área da educação federal (FASUBRA Sindical, Sinasefe e Andes) foi mantido na íntegra. A matéria aprovada altera as tabelas de remuneração para as carreiras de Magistério Superior (MS) e para os Técnico-Administrativos em Educação e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Com relação aos TAE, o reajuste será de 5,5% no salário base a partir de 1º. de agosto de 2016. A segunda parcela do reajuste está prevista para ocorrer a partir de 1º. de janeiro de 2017, num percentual de 5% e 0,1% de step.

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) 34 (antigo PL 4251), que dispõe sobre reajuste e reestruturação das carreiras dos servidores públicos da educação, obteve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Em seguida, no dia 26 de junho, o relator designado para o PLC 34/2016, Senador José Maranhão (PMDB/PB), apresentou seu relatório em que manteve o texto original da Câmara, rejeitando a emenda apresentada pela Senadora Ângela Portela (PT/RR), que propunha a introdução do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os professores dos ex-Territórios. Segundo o relator, qualquer emenda aprovada posteriormente faria o texto retornar à Câmara dos Deputados, o que poderia atrasar a implementação da parcela de 5,5% de reajuste dos servidores, prevista para o mês de referência de agosto próximo.

o reajuste será de 5,5% no salário base a partir de 1º. de agosto de 2016. A segunda parcela do reajuste está prevista para ocorrer a partir de 1º. de janeiro de 2017, num percentual de 5% e 0,1% de step.

### Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

No contracheque, devem ser observados os seguintes dados: o quadro Classe corresponde ao Nível de Classificação (A, B, C, D ou E). No quadro REF/PAD/NÍVEL o primeiro algarismo corresponde ao Nível de Capacitação (1, 2, 3 ou 4) e os dois algarismos seguintes correspondem ao Padrão de Vencimento dos Níveis acima (de 1 a 16) na coluna vertical.

Diagrama de identificação do servidor com campos: Nome do Servidor, Matrícula SIAPE, Ident. Única, Cargo, Classe, REF/PAD/NÍVEL, Função.

TABELA ATUAL: Grid with columns for 'Agosto 2016', 'Janeiro 2017', and levels A, B, C, D, E. Each cell contains salary values and step numbers.

# Projeto escola sem partido

*Por que é importante votar contra o Escola Sem Partido?*

Estão muito enganados os que pensam que PMDB, PSDB, DEM e demais partidos articuladores do golpe na democracia brasileira governarão o país, caso consigam aprovar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pensando em tirá-lo da crise. Isso seria muita traição a seus ideais oportunistas.

O programa de governo assinado pelo PMDB – “Uma ponte para o futuro” – atacará diretamente o sistema público da Educação e da Saúde, direitos sociais e trabalhistas. A pretensão deles é que o governo funcione como num sistema parlamentarista.

Imaginem um Congresso conservador, integrado por bancadas lobistas e parlamentares acusados de corrupção, legislando pelo povo? De tão pérfido, o plano dos golpistas, segundo analisam especialistas, enfrentará resistências até dentro do próprio PMDB.

O portal do Senado Federal abriu uma enquete sobre o Projeto "Escola Sem Partido" - que, se aprovado, representará um retrocesso sem precedentes na qualidade da Educação Pública em nosso país.

A APTAFURG convida a todos e todas a votar contra esse projeto, o que pode ser feito no endereço eletrônico:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>

## Sobre a enquete

A enquete consulta os internautas acerca do PLS 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR/ES), que visa incluir nas diretrizes e bases da educação o absurdo texto do "Escola Sem Partido".

Para votar, o usuário precisa se identificar com um login, que pode ser feito a partir de um endereço de e-mail ou de contas do Facebook e/ou do Google.

Mas, apesar da necessidade de cadastro prévio, a votação é rápida e bem fácil de ser feita: não deixe de votar e registrar o seu "NÃO" ao PL do "Escola Sem Partido"!

## Tramitação

Na tramitação do PLS, consta que o mesmo encontra-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Secretaria de Apoio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sob relatoria do Senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

Por que é importante votar CONTRA?

Segundo o escritor e educador Andre Gravata porque esse projeto abre brechas para perigosos desdobramentos – afinal, quem vai diferenciar o que é doutrinação ideológica do que é estímulo à autonomia,



capacidade crítica, livre manifestação assegurada pela Constituição?

## Entenda o projeto:

O Deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou, em 23 de março de 2015, o Projeto de Lei nº 867/2015, que inclui entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional o "Programa Escola sem Partido". Ainda, existem outros 11 projetos similares tramitando nas casas legislativas de 10 estados e no Distrito Federal, além de outros nas Câmaras dos Vereadores de muitos municípios. Esta proposta tem como objetivo impedir o livre debate de ideias nas escolas, punindo professores que emitirem opiniões e apartando os alunos de acesso ao conhecimento.

O nome da causa também é uma

referência ao Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater a “doutrinação ideológica”. O próprio nome do movimento é enganador, pois coloca uma dicotomia entre uma escola sem partido ou uma escola com partido. Entretanto, não é isso que está em jogo. A verdadeira intenção dos defensores deste projeto é impor a ideia de que os professores não devem ser educadores e que formar o cidadão crítico é sinônimo de “fazer a cabeça dos alunos”. É um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, defendendo que os professores apenas instruem para formar trabalhadores sem capacidade de reflexão crítica, o que é inaceitável e deve ser combatido diuturnamente.

## FASUBRA debate jornada de trabalho e democratização nas universidades no II ENE

O II Encontro Nacional de Educação (ENE) aconteceu de 16 a 18 de junho na Universidade de Brasília (UnB) com a participação de trabalhadores técnico-administrativos, docentes, estudantes da educação básica e superior e integrantes do movimento popular.

Organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já, o II ENE teve por objetivo construir um projeto classista e democrático de educação e uma agenda de lutas em defesa da educação pública e gratuita.

Também se discutiu a atual conjuntura marcada por intensos ataques a direitos sociais e trabalhistas, demarcando a necessidade de enfrentar as políticas de Ajuste Fiscal e a dívida pública.

No último dia do Encontro Nacional de Educação, 18, técnicos administrativos, docentes e estudantes se dividiram em grupos de trabalho para debater os seguintes temas: trabalho e formação dos trabalhadores da educação, gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-racial, financiamento, avaliação, gestão e acesso e permanência.

A FASUBRA apresentou dois painéis com os temas "A luta pelo tempo: Jornada de trabalho nas Universidades e serviço público federal!", pelo coordenador geral Gibran Jordão e "Democratização das Instituições Federais de Ensino Superior:

A Paridade é possível e necessária!", pelo coordenador de educação Mário Guimarães Júnior.

As discussões buscam aprofundar o debate sobre os temas e reunir elementos conceituais consistentes para elaborar um programa para cada setor.

### Jornada de 30 horas

No painel sobre a jornada de trabalho, o coordenador Jordão trouxe uma breve cronologia sobre o controle do tempo desde a idade média ao advento do capitalismo por meio da revolução industrial, em que um trabalhador cumpria jornada de 14 a 16 horas. Atualmente, após a luta da classe trabalhadora ao longo dos anos, a redução da jornada de trabalho alcançou 44 horas semanais.

Também ressaltou a importância da implementação da jornada de 30 horas nas instituições federais de ensino superior, justificando o aumento da produtividade por meio do uso de tecnologia se comparado há 30 anos, quando boa parte do trabalho era realizada de forma manual e muitas vezes morosa.

De acordo com a coordenadora geral Leia Oliveira, a FASUBRA busca por meio da jornada de 30 horas (sem redução de salário), ampliar o atendimento ao público nas instituições federais de

ensino, no mínimo em 12 horas. A luta dos trabalhadores técnico-administrativos pela instituição das 30 horas.

### Democratização

De acordo com o coordenador Guimarães Júnior, atualmente nas instituições há democracias restritas, “os conselhos superiores são compostos 70% por docentes, 15% de técnicos administrativos e 15% de estudantes. Isso não é democrático para uma instituição que produz conhecimento e pesquisa”.

Para Guimarães Júnior, o debate jurídico e administrativo apontou que, dentro da legalidade jurídica, é possível sustentar o debate sobre a instituição de conselhos paritários e democráticos nas instituições. Também concordaram que é necessária a organização nacional na luta pela democratização nas universidades articulada entre técnicos administrativos, docentes e estudantes. É bandeira da Federação e em algumas instituições já acontece esse modelo de jornada de trabalho.



# Problema da Previdência é renúncia fiscal para empresa

Ao invés de aumentar idade de aposentadoria é preciso ver quantos patrões deixam de pagar



Uma das prioridades na agenda do governo golpista de Michel Temer é tocar a reforma da Previdência Social. Ele propõe aumentar a idade ou o tempo de contribuição, claro, nada que beneficie a classe trabalhadora.

Economista e pesquisadora da Unicamp, Marilane Teixeira apresentou, durante Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, em São Paulo, dados que exigem uma reflexão sobre a estrutura do modelo atual e o financiamento no futuro.

Marilane mostrou dados oficiais com estimativa de que a população com 60 anos de idade no país salte de 22 milhões de pessoas para 73 milhões, em 2060. Uma evolução de 262% e um desafio para as próximas gerações.

Os números, repetidos como um mantra pelos defensores da reforma, só desconsideram um fator: a Previdência é parte da Seguridade Social (que inclui saúde e assistência social). Em 2017, a estimativa é que o déficit seja de R\$ 167 bilhões.

Apenas para 2015, o previsto é que as renúncias tenham atingido a casa dos R\$ 65 bilhões e, em R\$ 2016, de R\$ 55 bilhões, isso sem considerar sonegação e trabalho informal, valor que poderia diminuir, e muito, o índice negativo da Previdência.

## Sem comparação

A economista aponta que não é possível estabelecer comparação entre a estrutura previdenciária brasileira e a de outros países que possuem condições de vida distintas. Por uma questão, segundo ela, de dignidade.

As condições de trabalho oferecidas nos países mais desenvolvidos, os índices de periculosidade, o trabalho penoso, a jornada e o número de trabalhadores que se aposentam por invalidez são muito diferentes. O trabalhador que chega aos 65 anos em países com maior expectativa de vida tem uma qualidade muito

superior. Isso torna a elevação da idade para a aposentadoria algo muito cruel, especialmente, num período de crise em que há pressão ainda maior para entrar cada vez mais rápido no mercado de trabalho”, analisa Marilane.

Ainda sob o viés do financiamento, a economista defende que os campos progressistas devem debater outra visão sobre o modelo previdenciário, com um recorte menos conservador.

“Temos a mudança demográfica, mas também é certo que a população total de 15 a 64 anos vai cair em 6%. Os gastos com políticas para educação do primeiro nível, com creches, inclusão social por meio de programas como Bolsa Família vão se reduzir e diluir ao longo do tempo”, explicou.

Para ela, o investimento em educação ajudaria a reduzir o déficit, porque geraria empregos mais qualificados, com melhores salários impactando, consequentemente, a capacidade de arrecadação. Esse fator, aliado à retirada da desoneração, seriam fundamentais para zerar o déficit previdenciário.

**Aspecto** – Da mesma forma, é necessário que a Previdência tenha um olhar social de combate à desigualdade, também por questões estratégicas.

“Se o rural não tiver aposentadoria de ao menos um salário, vai para o meio urbano e aí quero ver quem vai produzir alimentos para nossas mesas. E é preciso ter uma visão sobre como é o trabalho no campo, as rurais, em média, têm 28 horas por semana de afazeres domésticos, sete a mais do que as mulheres urbanas, porque a sobrecarga é muito maior. E vamos penalizá-las ainda mais?”, questiona.

## Dríble no discurso

Dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Ivoti (RS), Rosane Silva, alertou que não basta lutar contra idade mínima para

aposentadoria se salário mínimo for desvinculado da Previdência, como deseja Michel Temer.

“Para os mais leigos, essa proposta vai parecer menos nociva, mas, principalmente, as mulheres trabalhadoras rurais vão sofrer com a perda gradativamente.”

“Se o rural não tiver aposentadoria de ao menos um salário, vai para o meio urbano e aí quero ver quem vai produzir alimentos para nossas mesas.” Marilane Teixeira

**Volta Dilma** – Rosane defendeu que o reestabelecimento da democracia, com o retorno de Dilma Rousseff ao poder, é também fundamental para fazer o contraponto ao Congresso mais conservador da história.

“Havia Congresso conservador, mas tinha o Executivo, que a despeito das políticas que muitas vezes criticamos, era um contraponto de diálogo. A luta contra a terceirização teve participação do governo brasileiro. Várias vezes foi a presidência que impediu esse tema de ser votado e isso só foi feito em 2015 com (Eduardo) Cunha no poder. Agora eles têm o Executivo, o Legislativo e a mídia”, falou.

Resultado direto do desprezo de Temer à discussão sobre igualdade é a extinção de núcleos de gênero em qualquer pasta, como o Ministério do Trabalho, além do fim da secretaria das Mulheres, para minar qualquer discussão sobre avanços sociais.

“Temas que vinham avançando dentro do governo, como a Convenção 156 da OIT (sobre divisão de responsabilidades familiares) e a ampliação da licença-maternidade paralisaram e tendem a retroceder. Nossa resposta tem de ser de resistência e auto-organização. Nós é que temos de pautar os temas das mulheres”, encerrou.

## INDÚSTRIA SUGERE MUDAR LEIS TRABALHISTAS E CITA JORNADA DE 80H POR SEMANA

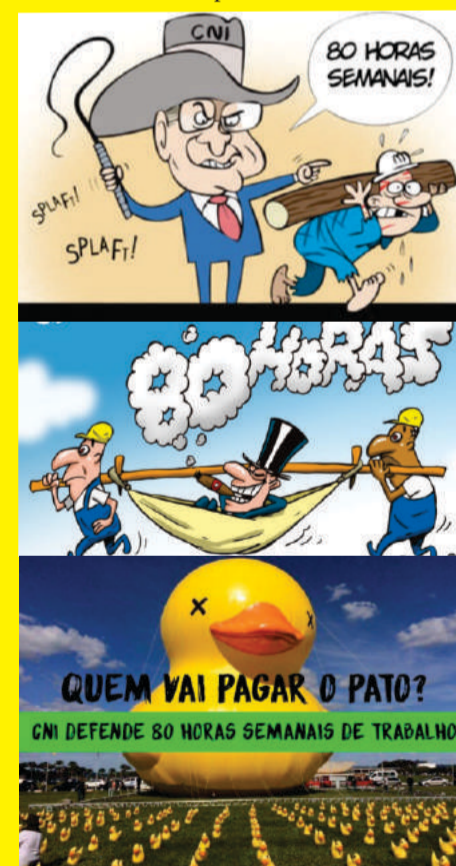
O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, afirmou que o governo deve promover “medidas muito duras” na Previdência Social e nas leis trabalhistas para equilibrar as contas públicas. Ele citou como exemplo o caso da França e afirmou que lá é permitido trabalhar até 80 horas por semana.

“A razão disso é muito simples, é que a França perdeu a competitividade da sua indústria com relação aos outros países da Europa. Então, a França está revertendo e revendo as suas medidas para criar competitividade. O mundo é assim”, disse o empresário.

A jornada de trabalho na França atualmente é de 35 horas por semana, com limite máximo de 48 horas por semana, incluindo horas extras, não ultrapassando 10 horas por dia, informa o site do governo francês. Pode chegar a 60 horas por semana em casos excepcionais e com aval das autoridades trabalhistas.

A gente tem que estar aberto para fazer essas mudanças. E nós ficamos aqui realmente ansiosos para que essas mudanças sejam apresentadas no menor tempo possível.

A declaração foi feita após uma reunião com o presidente interino, Michel Temer, e cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação). Temer deixou o evento sem falar com a imprensa.



**SINDICATO  
NA LUTA**

## EXPEDIENTE

**ENDEREÇO**  
Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Email: aptafurg@vetorial.net

**COORDENAÇÃO GERAL**  
Everson da Silva Flores  
Maria de Lourdes Lose  
Zulema Helena Ribeiro Ermandes

**COORDENAÇÃO DE IMPRENSA**  
Maria de Lourdes Lose

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 99458125  
marcioliveira2000@yahoo.com.br

**DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO**  
Editora Casalettras  
contato@casaletras.com.br

**TIRAGEM**  
1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.